**TECNOLOGIA ETHERVOLTZ PARA ELEIÇÕES AUDITÁVEIS.**

***Matheus Faria de Alencar.***

Faculdade ETEP/Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos, Avenida Barão do Rio Branco, 882, Jardim Esplanada – 12242-800 - São José dos Campos-SP, Brasil, mtsalenc@gmail.com.

**Resumo -** Este artigo apresenta o desenvolvimento de uma prova de conceito de sistema eleitoral independente de software que remove do administrador a responsabilidade de garantir a disponibilidade, integridade e confiabilidade dos registros digitais dos votos. O código é escrito na linguagem *Solidity* e posteriormente compilado para *bytecode* que pode ser interpretado pela máquina virtual da rede *Ethereum*. O resultado é a criação de uma criptomoeda que existe para representar cada voto, onde cada registro digital de voto fica gravado num blockchain resistente a censura, ataques de negação de serviço e que está sempre disponível para auditorias.

**Palavras-chave:** eleições, blockchain, ethereum, criptomoeda, ethervoltz.

**Área do Conhecimento:** Engenharia da Computação

**Introdução**

Em sistemas eleitorais de primeira, segunda e terceira geração, os registros digitais dos votos ficam salvos na memória dos equipamentos que precisam ser levados dos locais de votação de volta para as centrais para que ocorra a apuração dos votos. Além dos custos envolvidos para garantir que estes equipamentos não sejam alterados ou destruídos durante o transporte, o administrador também precisa guardar estes registros após a apuração de votos para posteriores auditorias.

Após o período eleitoral, caso um cidadão queira auditar os resultados das eleições ele precisa interagir com o administrador do processo eleitoral para ter acesso os registros digitais, aos equipamentos e aos registros independentes de software (caso o administrador tenha optado por sistemas que utilizem VICE). Cabe ao administrador decidir se ele tem ou não permissão para realizar a auditoria e quais são condições para a realização da mesma.

Os problemas deste tipo de centralização de poderes ficam evidentes no Brasil. Embora não seja objetivo deste documento discutir os efeitos da centralização de poderes em sistemas eleitorais, três casos bem documentados são brevemente listados a seguir:

1. O Caso Marília, SP - 2004: Em auditoria, os Arquivos de Espelhos de Boletins de Urna da 400º Zona Eleitoral indicavam que muitas seções eleitorais tiveram seus resultados recebidos para apuração *antes* do início da votação. [1]
2. O Caso Itajaí, SC - 2008: *Nenhuma* urna preparada para a votação passou pelo teste obrigatório prescrito pelo Art. 32 da Res. TSE 22.712/08. Um caso foi o da 97ª Zona Eleitoral onde a urna da seção 236 que foi sorteada para o teste obrigatório foi substituída por outra na hora do teste, preparada exclusivamente para este fim. A urna que foi utilizada para o teste foi posteriormente colocada à parte e recarregada, procedimento que destruiu eventuais provas nela gravadas. [2]
3. O Caso Alagoas - 2006: Diversas irregularidades nos arquivos gerados pelas urnas foram detectadas por auditores externos [4]. Frente as evidências, o administrador *negou* acesso aos arquivos solicitados pelos auditores e transferiu ao requerente uma cobrança antecipada no valor de R$ 2 milhões para que fosse desenvolvida uma perícia das urnas. Diante do não pagamento do valor proibitivo, o requerente foi multado e condenado por litigância de má-fé.

Tendo em vista esses três casos, nota-se que o sistema eleitoral brasileiro é dependente de software e funciona como uma caixa preta que só pode ser auditada em ambiente restrito.

O objetivo do projeto é desenvolver sistema eleitoral independente de software que decentralize o destino das provas geradas em cada voto, de forma que os registros físicos ficam sob controle do administrador e os registros digitais ficam sob controle de um programa autônomo.

**Metodologia**

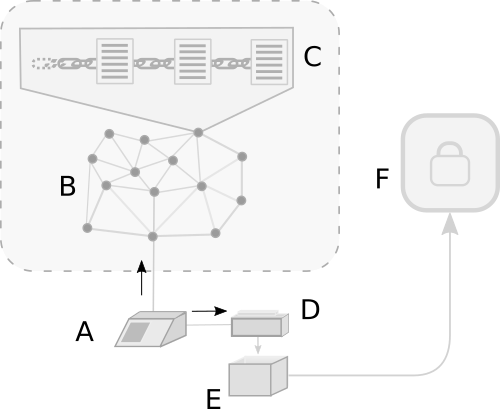
Para o desenvolvimento do projeto, foram estabelecidos os seguintes requisistos:

1. Velocidade de Apuração – O sistema precisa entregar velocidade de apuração igual ou superior aos sistemas eleitorais atuais.
2. Disponibilidade – Os registros digitais de votos precisam estar armazenados em um sistema que seja resistente a ataques de negação de serviço e devem estar sempre disponíveis para auditorias.
3. Integridade – Os registros digitais dos votos precisam ser imunes a alteração não autorizada e logs de alterações executadas devem imutáveis e permantentes.
4. Decentralizado e Autônomo – Parte do software e infraestrutura utilizados não devem estar sob controle de uma autoridade central.
5. Independência de Software – Erros ou alterações não detectados no software do sistema não devem poder causar modificações ou erros indetectáveis no resultado final.

Para garantir os requisitos 1,3 e 4, foi adotada a estratégia de transformar cada voto em uma criptomoeda, chamada VoltCoin, cujas regras de emissão e transferência são definidos no *bytecode* gerado da compilação de um contrato inteligente imutável, programado na linguagem Solidity. Desta forma, cada voto é uma transferência de uma carteira associada a uma determinada urna, para uma carteira associada a um determinado candidato.

Para garantir o requisito 2, a plataforma e infraestrutura escolhida para hospedar o contrato inteligente é a máquina virtual Ethereum e a *rede peer-to-peer* formada pelos milhares de nós que possuem cópias do *blockchain* utilizado como banco de dados dos votos. Como o código do contrato é aberto e as transações são asseguradas por criptografia de chaves assimétricas, um auditor pode verificar as regras de negócio do sistema e verificar a origem de todas as transações realizadas. De maneira similar a outras criptomoedas como o Bitcoin, a infraestutura não possui autoridade central com poder de emitir novos Voltcoins ou realizar transferência de Voltcoins de forma indetectável.

Figura 1 – Arquitetura do sistema



Fonte: O autor.

Na Figura 1, as letras representam respectivamente:

* Um computador a ser utilizado como urna sob controle do adminstrador, e que possui uma chave privada capaz de assinar transferências de Voltcoins.
* A rede *peer-to-peer* formada pelos milhares de nós e mineradores da rede Ethereum
* A cópia do *blockchain* *Ethereum* em um nó na rede.
* Uma impressora para realizar a impressão de Votos Conferídos Pelo Eleitor (VICE).
* Uma urna para a coleta dos VICEs
* Um cofre sob controle do adminstrador para armazenamento dos VICE.

Como as chaves privadas que assinam cada voto estão sob controle do administrador, elas estão sujeitas a ataques internos e externos que podem causar o vazamento das mesmas. De maneira similar, o *frontend* do utilizado para interagir com a aplicação hospedada na rede Ethereum pode conter erros ou estar infectado com código malicioso capaz de fraudar votos.

Para garantir que não seja possível este tipo de vulnerabilidade ser explorada para a emissão de votos fraudulentos e válidos, é necessário que o sistema atenda ao Princípio da Independencia de Software em Sistemas Eleitorais, que é o item 5 dos requisitos. A estratégia utilizada é a emissão de uma versão modificada das provas auditáveis pelo eleitor utilizadas em urnas de 2ª geração.

Figura 2 – VICE do Ethervoltz



Fonte: O autor.

Cada transação confirmada e incluída em um bloco na rede *Ethereum*, produz um *hash* que a identifica unicamente. Uma busca em um explorador de blocos com este *hash*, permite saber a chave pública que a assinou a transação e a chave pública da carteira destino. Consequentemente, este *hash* identifica a urna de onde um determinado voto saiu e qual candidato recebeu o voto. O sistema Ethervoltz explora este fato para criar um laço entre as provas impressas e aos registros digitais, ao incluir este hash nos votos impressos. A Figura 2 mostra informações que devem estar incluídas no VICE utilizado pelo sistema Ethervoltz.

**Resultados**

O.

**Discussão**

O.

**Conclusão**

EtherVoltz é uma proposta que visa decentralizar o processo eleitoral e de auditorias ao transferir a responsabilidade de gerenciar dos registros digitais de votos a um programa que executa em uma máquina virtual que não possui autoridade central, é imutável e resistente a censura. Ao transformar o voto do eleitor em uma criptomoeda, o sistema imediatamente ganha todas as propriedades de segurança do protocolo de consenso e de disponibilidade da rede peer-to-peer utilizado na plataforma.

Embora ainda exista a necessidade da emissão e controle dos VICEs para garantir o Princípio da Independência de Software ao sistema, a separação do destino das duas provas produzidas no momento do voto dá aos eleitores poder de auditoria com limitada necessidade do envolvimento de intermediários.

**Referências**

ACCIOLY, F. Publicações eletrônicas [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mfmendes@uff.br em 24 abr. 2000.

CHEN, H.U; WU, L. Introduction and expiration effects of derivative equity warrants in Hong Kong, Inter.Ver.Fin.Anal. v.10,n.1, 2001. Disponível em : <http://www.elsevier.nl:80/homepage/sae/econbase/finana/menu.sht>. Acesso em: 24 abr.2001.

FISCHER, G.A. Drug resistence in clinical oncology and hematology introduction. **Hematol. Oncol. Clin. North Am.** V.9, n.2, p.11-14, 1995.

HOLTZMAN D.M. Washington University’s Department of Neurology. Disponível em: <http://www.neuro.wustl.edu/neuromuscular/pics/diagrams/nmj.gif>. Acesso em 26 dez. 2001.

RUIZ-SILVA, C. Efeito da corrente elétrica de baixa intensidade em feridas cutâneas de ratos. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Bioengenharia) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

WATSON, T. Estimulação Elétrica para a cicatrização de feridas. In: KITCHEN, S.; BAZIN, S. **Eletroterapia de Clayton.** 10. ed. São Paulo: Ed. Manole, 1998.